



Termo de Referência - NOVACAP/PRES/DS/DSP/DPAT

DADOS DA INSTITUIÇÃO							
Instituição:						Nº do C.N.P.J:	
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP						00.037.457.0001-70	
ENDEREÇO:		Setor de Áreas Públicas Sul Lote “B”					
CIDADE:	Brasília	U.F.:	Distrito Federal	CEP:	71.215-000	Telefone:	3403-2370

## 1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para aquisição de poltronas e cadeiras para os empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme especificações e quantidades constantes neste instrumento.

## 2. DO QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO

<b>OBJETO: Registro de Preços para aquisição de poltronas e cadeiras para os empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.</b>				
De natureza comum	<b>SIM</b>	<b>X</b>	<b>NÃO</b>	
De prestação continuada	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
Eminentemente intelectual	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
Possui inovação tecnológica ou técnica	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
De Tecnologia da informação	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
Possui mão de obra exclusiva	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
<p>1- O objeto deste Termo de Referência possui características correntes de mercado, sendo caracterizado como de natureza comum.</p> <p>2. O objeto deste Termo de Referência apesar de figurar como necessário e imprescindível para a confecção de artefatos aplicados em serviços desempenhados em serviços previstos no estatuto social da Novacap, não se enquadram na condição de continuidade.</p> <p>3. O objeto deste Termo de Referência é de fornecimento de bens móveis, não se enquadra em atividade intelectual, de inovação tecnológica, tecnologia da informação ou possui emprego de mão de obra exclusiva.</p>				

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	<b>X</b>
Definida	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Trata-se de quantidade estimada com base no levantamento de histórico de consumo que pode variar de acordo com a sazonalidade e destinação de seu emprego.	

<b>PARCELAMENTO DO OBJETO</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
-------------------------------	------------	--	------------	----------

<b>PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS</b>	<b>SIM</b>	<b>X</b>	<b>NÃO</b>	
<b>PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	<b>X</b>

**JUSTIFICATIVA:** A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns é, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitatório. Além do que, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. Não haverá restrição à participação de entidades preferenciais, conforme prevê a legislação vigente, desde que atendidas as exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no edital.

#### REGIME DE FORNECIMENTO

Único	
Parcelado	<b>X</b>

**JUSTIFICATIVA:** Tendo em vista tratar-se de estimativa de consumo, o fornecimento dos referidos produtos dar-se-á mediante demanda da NOVACAP.

#### MODO DE DISPUTA

Aberto	<b>X</b>
Fechado	
Combinado	

**JUSTIFICATIVA:** Objetivando maior transparência e ampliação da competitividade para o certame.

#### VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO - ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO

**RS 2.474.211,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil duzentos e onze reais).**

**JUSTIFICATIVA:** Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, **sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória**, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade do valor estimado, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.

#### CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Menor preço	<b>X</b>
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	

**JUSTIFICATIVA:** Visto que o Termo de referência já apresenta critérios mínimos de especificação do material e demais condições que são suficientes para comprovar a capacidade técnica/operacional da empresa a ser contratada, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço por item é o mais adequado.

### 3. DA JUSTIFICATIVA

#### 3.1. Motivação:

3.1.1. A justificativa desta contratação é o fornecimento de bens permanentes necessários para manutenção do acervo patrimonial da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) possibilitando uma gestão eficiente no que tange ao bem estar dos usuários dos produtos a serem utilizados (ergonomia), não se esquecendo dos preceitos de sustentabilidade ambiental.

3.1.2. Além disso, o Registro de Preços se justifica em razão da durabilidade dos bens permanentes que deve ser levada em consideração para a previsão do estoque necessário a ser mantido, sem comprometimento dos espaços livres dos Depósitos de recolhimento dos mesmos.

3.1.3. Ademais, a manutenção do ponto de reposição desses bens visa a substituição dos bens deteriorados e quebrados, de

recuperação antieconômica.

3.1.4. Cumpre ressaltar que a opção pelo Registro de Preços, além de outras vantagens, tais como: (a) não precisar haver imediatamente dotação orçamentária; (b) poder atender demandas imprevisíveis; (c) reduzir a necessidade de manter grande quantidade de volume de estoque; (d) eliminar de vez o fracionamento de despesas evitando sucessivas aquisições do mesmo objeto ao longo do exercício; (e) reduzir o número de licitações; (f) apresentar um tempo célere para as aquisições; (g) menor custo na realização de licitação; (h) maior transparência nas aquisições.

### 3.2. Justificativa dos Quantitativos:

3.2.1. **Modelo PRESIDENTE, DIRETORES E SECRETARIO GERAL:** A Companhia é constituída pela Presidência, por 5 Diretorias e pela Secretaria Geral, sendo necessários 7 (sete) cadeiras do referido modelo. Tendo em vista a possibilidade de criação de uma nova Diretoria na Companhia e também a necessidade de alguma eventual substituição, optou-se pela quantidade de 10 (dez) unidades do referido modelo, utilizando-se uma margem a mais de 40% (quarenta por cento).

3.2.2. **Modelo CHEFES DE DEPARTAMENTOS, DE DIVISÃO e CONSELHEIROS:** A Companhia possui atualmente em sua estrutura 15 (quinze) Conselheiros, 1 (uma) Assessoria de Comunicação, 1 (uma) Auditoria Interna, 1 (uma) Ouvidoria, 3 (três) Subsecretarias e 15 (quinze) Departamentos/Coordenações. Também possui 1 (uma) Prefeitura, 1 (um) Grupo de Trabalho para edificações da área de saúde, 1 (uma) Comissão de Processos Administrativos, 1 (uma) Comissão de Tomada de Contas e aproximadamente 17 (dezesete) Assessorias Especiais/Coordenações que são responsáveis por outros trabalhos na Companhia, totalizando 57 (cinquenta e sete) unidades. Tendo em vista a possibilidade de criação de novos grupos de trabalhos, departamentos e assessorias especiais/coordenações na Companhia e também a necessidade de eventuais substituições, optou-se pela quantidade de 80 (oitenta) unidades do referido modelo, utilizando-se uma margem a mais de 40% (quarenta por cento).

3.2.3. **Modelo DEMAIS EMPREGADOS/COLABORADORES:** A Companhia possui atualmente 1600 (mil e seiscentos) colaboradores em seu quadro, fora os estagiários e menores aprendizes que também auxiliam nas atividades da empresa. Considerando que parte deste total não executam atividades administrativas; considerando que parte do atual mobiliário pode atender às necessidades da Companhia e tendo em vista os demais modelos acima descritos, optou-se pela aquisição da quantidade de 1100 (mil e cem) unidades do referido modelo, uma vez que entendemos ser este número suficiente para atender às demandas da empresa.

3.2.4. **Modelo EMPREGADOS PORTADORES DE OBESIDADE:** A Companhia possui atualmente alguns colaboradores em seu quadro, que necessitam de cadeiras mais resistentes que evitem perigo de quedas. Por essa razão e tendo em vista informações obtidas junto à DISMED/DA, optou-se pela aquisição da quantidade de 10 (dez) unidades do referido modelo, uma vez que entendemos ser este número suficiente para atender às demandas da empresa.

### 3.3. Benefícios diretos:

3.3.1. Aparelhar e estruturar as unidades demandantes disponibilizando mobiliário, atestados ergonomicamente, para a acomodação dos empregados durante a realização de suas atividades na NOVACAP;

3.3.2. Garantir reserva técnica para substituição de cadeiras para acomodação de novos empregados e implantação de novas unidades;

3.3.3. Redução de custos com aquisições pontuais destes bens.

### 3.4. Benefícios indiretos:

3.4.1. Assegurar a continuidade dos serviços prestados por esta Companhia, em consonância com seus objetivos e metas estratégicas.

3.4.2. Melhor desempenho dos recursos humanos por proporcionar ganhos de produtividade em decorrência do fornecimento de material necessário ao desenvolvimento das atividades judiciais e administrativas do Órgão.


3.4.3. Entrega à sociedade de uma prestação jurisdicional célere e eficiente.

## 4. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR ESTIMADO

4.1. Os itens a serem adquiridos devem estar de acordo com as seguintes especificações e quantitativos:

LOTE 01					
ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
		<b>POLTRONA GIRATÓRIA RECLINÁVEL</b> Cadeira/poltrona giratória presidente. <b>Medidas:</b> Altura Total: 115 a 121 cm. Profundidade do assento: 50cm. Altura do assento: 49 a 55cm. Largura total: 52cm. As medidas podem variar em 5% para mais ou para menos.  Sistema de estofado, confeccionado através do sistema de conchas bi-partida, fabricadas em compensado multilaminado de espessura mínima 15mm, com sistema de união do encosto com assento, através de lâmina de aço estrutural 5/16" x 3 1/2" com tratamento anti-corrosivo por fosfatização e pintura epóxi na cor preta.  Encosto de espaldar alto e com apoio de cabeça integrado, revestidos com espuma anatômica de poliuretano de 45mm de espessura, com densidade D40 e acabamento frontal em			

01	UN	<p>couro natural e posterior em couro ecológico.</p> <p>Assento com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea, revestido com espuma anatômica de poliuretano de 45mm de espessura, com densidade D40 e acabamento frontal em couro natural e posterior em couro ecológico.</p> <p>Mecanismo de reclinção excêntrico com sistema sincronizado na relação 2:1 composto por corpo em alumínio injetado, com tratamento anti-corrosivo por fosfatização e pintura epóxi na cor preta. Sistema de reclinção com eixo horizontal, travamento do conjunto estofado em cinco posições e sistema de liberação do mecanismo tipo anti-pânico. Regulagem de pressão da mola do sistema de reclinção através de manipulador, regulagem de altura pneumática do assento, e alavanca individual para regulagem e fixação da inclinação do encosto injetada em polipropileno 100% reciclável.</p> <p>Coluna a gás com tubo central em aço SAE 1020 50x1,50mm, encaixe cônico de precisão tipo “cone morse” (ângulo de 1°26’16”) entre as hastes, com acionador pneumático central de regulagem de altura classe 3 (mínimo) segundo DIN 4550.</p> <p>Base giratória injetada em alumínio ADC-12 com 5 hastes eqüidistantes a 72° e raio de 355mm e acabamento polido, reforçadas com aletas estruturais para aumentar a resistência a cargas estáticas sobre o assento.</p> <p>Rodízio de duplo giro 65mm de diâmetro, com corpo e rodas fabricados em poliamida 6.6, ou rodas com banda de rodagem em PU, e eixo central apoiado em esfera de rolamento de aço.</p> <p>Braços estruturais fixos, interligando assento / encosto, sem regulagem de altura, confeccionados em alumínio injetado com acabamento polido, e sistema articulado para facilitar reclino assento / encosto e apóia-braço injetado em poliuretano. Fixados ao assento e encosto através de parafusos métricos.</p> <p>Os assentos devem suportar uma carga mínima de 120kg.</p> <p><b>Modelos de Referência:</b></p>  <p><b>Garantia mínima do fornecedor: 05 (cinco) anos</b></p>	10	6.500,00	R\$ 65.000,00
		<p><b>CADEIRA GIRATÓRIA, ENCOSTO EM TELA, COM ENCOSTO DE CABEÇA (ESPALDAR ALTO)</b></p> <p>Cadeira giratória com encosto em tela mesh ou mesh, espaldar alto, com encosto de cabeça.</p> <p><b>Medidas aproximadas:</b></p> <p>Altura total: 120 a 136,5cm</p> <p>Largura total com braços: 68,5 a 72,5cm</p>			

02	UN	<p>Largura assento: 51cm</p> <p>Profundidade assento: 57 a 62,5cm</p> <p>Altura do encosto para assento: 57,5cm</p> <p>As medidas podem variar em 5% para mais ou para menos.</p> <p>Encosto de espaldar alto, com estrutura injetada em poliamida com fibra de vidro com alta resistência à fadiga e impactos, 100% reciclável na cor cinza claro, grafite, preto ou branco, revestido em tela de alta resistência.</p> <p>Apoio lombar com suporte confeccionado em poliamida com fibra de vidro e apoio em espuma injetada de poliuretano com revestimento em tecido sintético. Com regulagem de altura embutida no apoio lombar.</p> <p>Assento com espuma anatômica em poliuretano injetado, com densidade 50 Kg/m³. Revestido com tecido sintético de alta resistência na cor preta, carenagem texturizada em polipropileno injetado e estrutura interna e nylon de alta resistência.</p> <p>Ligação do encosto diretamente a mecanismo com extensão da estrutura injetada em poliamida com fibra de vidro com alta resistência à fadiga e impactos sem uso de alma de aço.</p> <p>Mecanismo de reclinção através de sistema sincronizado com travamento em 4 posições. Sistema de regulagem da pressão da mola auto ajustável através do próprio peso do usuário. Movimento de deslizamento do assento com 53 mm de curso, integrado ao próprio mecanismo.</p> <p>Coluna a gás confeccionada em aço (SAE 1020) tubular com pintura epóxi. Haste central pressurizada, que propicia suavidade de amortecimento sem o uso de molas com curso de regulagem de 100 mm.</p> <p>Base giratória injetada em nylon poliamida 6.6 com carga de fibra de vidro na cor preta, com 5 hastes equidistantes a 72° e raio de 345 mm, reforçadas com aletas estruturais de alta resistência.</p> <p>Rodízios de duplo giro, corpo 100% em Nylon 6.6 com rodas Ø 65mm, composto por uma banda de rodagem em poliuretano.</p> <p>Braços 4D confeccionado em ABS+PP com fibra de vidro cor cinza claro, grafite, preto ou branco, com regulagem de altura controlado por botão. Apoio de braço em poliuretano (PU) com ajustes de largura lateral, profundidade e rotação, todas as regulagens feitas no próprio braço sem necessidade de ajustes nas astes de estrutura do braço.</p> <p>Encosto de cabeça com regulagem de altura. Estrutura injetada em poliamida (PA) com fibra de vidro de alta resistência à fadiga e impactos. Revestido em tela de alta resistência.</p> <p>Os assentos devem suportar uma carga mínima de 120kg.</p> <p><b>Modelos de Referência:</b></p> <div data-bbox="367 1668 742 1892">  </div>	80	4.387,30	R\$ 350.984,00
----	----	---	----	----------	----------------



**Garantia mínima do fornecedor: 05 (cinco) anos**

**CADEIRA GIRATÓRIA, ENCOSTO EM TELA SEM ENCOSTO DE CABEÇA (ESPALDAR ALTO)**

Cadeira giratória em tela mesh ou mesh, espaldar alto, sem encosto de cabeça.

**Medidas aproximadas:**

Altura total: 92,5 a 102,0cm

Largura assento: 49,5cm

Profundidade assento: 51,5cm

Altura do encosto para assento: 53,5cm

As medidas podem variar em 5% para mais ou para menos.

Encosto de espaldar alto, com estrutura injetada em polipropileno, com 25 % de fibra de vidro, com alta resistência à fadiga e impactos, 100% reciclável, revestido em tela de alta resistência na cor preta. Sem parafusos aparentes no contra encostos para fixação da tela.

Extensão do próprio encosto com estrutura para ligação diretamente no mecanismo, sem necessidade de alma de aço complementar.

Apoio lombar confeccionado em polipropileno e fibra de vidro com ajuste de altura.

Assento com espuma anatômica em poliuretano injetado, com dureza de 65 a 75 Shore e 50mm de espessura com densidade de 30 Kg/m³, concha interna de compensado multilaminado de 14mm de espessura com borda frontal ligeiramente curvada. Revestido com tecido sintético de alta resistência na cor preta.

Mecanismo de reclinção através de sistema sincronizado 2/1 com travamento em 1 posição. Sistema de regulação da pressão da mola através de manipulo. Fixado através de chapa de aço SAE 1020 e porcas de garra estampadas em aço carbono galvanizadas e ligado diretamente no encosto.

Coluna a gás classe 4 confeccionada em aço (SAE 1020) tubular com pintura epóxi. Haste central pressurizada, que propicia suavidade de amortecimento sem o uso de molas com curso de regulação de 100 mm.

Base giratória injetada em nylon poliamida 6.6 com carga de fibra de vidro na cor preta, com 5 hastes equidistantes a 72° e raio de 345 mm, reforçadas com aletas estruturais de alta resistência.

Rodízios de duplo giro, corpo 100% em Nylon 6.6 com rodas Ø 65mm, composto por uma banda de rodagem em poliuretano.

Braços 2D confeccionado 100% em poliamida com fibra de vidro, com regulação de altura controlado por botão. Apoio de braço em polipropileno com ajuste de profundidade.

Os assentos devem suportar uma carga mínima de 110kg.

**Modelos de Referência:**

03

UN

1.100

1.839,06

R\$ 2.022.966,00



**Garantia mínima do fornecedor: 05 (cinco) anos.  
CADEIRA GIRATÓRIA, ESTOFADA (PORTADOR  
DE OBESIDADE)**

Cadeira giratória, espaldar alto, sem encosto de cabeça.

**Medidas aproximadas:**

Altura total: 110 a 101cm

Largura total com braços: 71cm

Largura assento: 61cm

Profundidade assento: 49 a 51cm

Altura do encosto para assento: 60,5cm

As medidas podem variar em 5% para mais ou para menos.

Encosto: concha de madeira em compensado multilaminado de 12 mm, com espuma em poliuretano laminada, de 50mm de espessura média com densidade D55, revestida com tecido sintético na cor preta.

Suporte de união do assento ao encosto: em aço estampado SAE 1020 1/4" x 3", com acabamento em pintura epóxi preta.

Assento: concha de madeira em compensado multilaminado de 12 mm espuma em poliuretano laminada, de 65mm de espessura média com densidade D55, revestido com tecido sintético na cor preta.

Braço: tipo fixo com suporte em tubo de aço SAE 1020 Ø 25,4 x 2,65, dobrado e soldado, com acabamento em pintura epóxi na cor preta. Fixado ao assento e encosto através de chapa de aço SAE 1020 e parafusos M6. Apoio de braço injetado em polipropileno com acabamento na cor preta.

Mecanismo: regulagem com alavanca de acionamento em barra de aço redonda de 8 mm de diâmetro e manípulo de empunhadura injetado em polipropileno. Com placa base em aço SAE 1020 com 3 mm de espessura e acabamento em pintura epóxi na cor preta.

Coluna a gás: confeccionada em aço (SAE 1020) tubular com pintura epóxi. Haste central pressurizada, que propicia suavidade de amortecimento sem o uso de molas com curso de regulagem de 100mm, confeccionada em aço (SAE 1045). Bucha guia interna em POM (Poli Oxi Metileno), copolímero composto de alta dureza e excelentes propriedades deslizantes. Resistência a esforços de pressão de até 300N.

Base giratória: injetada em nylon poliamida 6.6 com carga de fibra de vidro na cor preta, com 5 hastes equidistantes a 72° e raio de 325 mm, reforçadas com aletas estruturais. Encaixe do pistão de regulagem de altura da cadeira através do sistema de cone Morse.

Rodízios: duplo giro, banda de rodagem 100% em Nylon


04

UN

10

3.526,10

R\$ 35.261,00

	<p>6.6 com rodas Ø50 mm. Eixo central e haste estampada em aço BTC 1003/1005, fixados a base através de anel de pressão Ø 11,4 mm produzido em aço ABNT 1050 (zincado branco).</p> <p>Os assentos devem suportar uma carga mínima de 150kg.</p> <p><b>Modelos de Referência:</b></p> 			
	<b>Garantia mínima do fornecedor: 05 (cinco) anos</b>			
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 2.474.211,00</b>

4.2. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: Nos preços unitários deverão estar incluídas todas as despesas, encargos e tributos pertinentes para o produto.

4.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela NOVACAP, durante a realização do Contrato.

4.4. O custo total estimado para a aquisição do material é de **R\$ 2.474.211,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil duzentos e onze reais)**.

## 5. PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA

5.1. O prazo de entrega dos materiais será de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.2. O material a ser entregue não acarretará qualquer ônus a NOVACAP, ficando a cargo da empresa qualquer evento que possa surgir.

5.3. O material deverá ser entregue no ALMOXARIFADO - SEGUDI/DA, no ENDEREÇO: Setor de Áreas Públicas Sul Lote "B", CEP. 71.215-000 - Brasília-DF, Horário: 08:00 às 11:00 e das 13:00h às 15:00h de segunda a sexta-feira.

5.4. A quantidade mínima de entrega do material será de acordo com o solicitado pela área demandante que será encaminhado junto com a Nota de Empenho – NE, obedecendo-se o prazo de entrega do item 5.1.

5.5. A contratada poderá solicitar prorrogação de prazo na entrega do material na NOVACAP, com as devidas justificativas, caberá ao Diretor da área demandante analisar e autorizar a prorrogação.

## 6. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

6.1. O acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais consistem na verificação da conformidade, dos materiais entregues, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste. A fiscalização será exercida por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designado, na forma do regulamento de Licitações e Contratos/RLC da NOVACAP e da Lei nº 13.303/2016;

O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento, conferência e recebimento definitivo dos materiais entregues;

6.2. A verificação e conformidade do recebimento definitivo dos materiais entregues deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em penalidade, conforme disposto nos artigos 252 ao 262 do Regulamento de Licitações e Contratos/RLC da NOVACAP;

6.4. Durante a execução do objeto, o fiscal/executor deverá monitorar a entrega, bem como a qualidade e conformidade dos bens, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência;

6.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

## 7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

7.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA, o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução desta aquisição, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos; no que couber.

7.2. A CONTRATADA, deverá tomar todos os cuidados necessários para que a consecução da aquisição não decorra qualquer



degradação ao meio ambiente; no que couber.

7.3. A CONTRATADA, deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação; no que couber.

7.4. A CONTRATADA, deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa n.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber.

7.5. Deverão ser adotados critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016.

## 8. DO RECEBIMENTO

8.1. Os bens serão recebidos da seguinte forma:

a) **Provisoriamente:** No ato de sua entrega, para efeito de posterior verificação de que os mesmos se encontram operacionais e em condições de serem recebidos. O recebimento provisório consiste na identificação e conferência dos bens com ênfase na análise quantitativa.

b) **Definitivamente:** No prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório, e após a verificação que comprove a adequação dos materiais às especificações técnicas previstas no Termo de Referência, Edital e na proposta da licitante.

8.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

8.3. Os materiais poderão ser recusados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. Os materiais recusados deverão ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação pela contratada.

8.5. É de responsabilidade da empresa vencedora, ter conhecimento e cumprir todas as normas que regulamentam o acondicionamento e transporte dos bens/materiais, incluindo-se a carga e descarga;

8.6. É de responsabilidade do fornecedor, disponibilizar às pessoas encarregadas pela descarga dos produtos, equipamentos de proteção ou afins que se fizerem necessários. Além de arcar com todos os tributos oriundos do transporte, entrega e fornecimento, não será em hipótese alguma, admitido cobranças de frete.

8.7. Os materiais devem estar de acordo com as especificações técnicas e normas exigidas neste Termo de Referência. Caso o(s) produto(s) não atenda(m) as especificações previstas anteriormente mencionadas, os mesmos serão recusados e devolvidos aos fornecedores, às expensas do mesmo para substituição, devendo a empresa dar a destinação adequada ao produto devolvido.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2. Efetuar a entrega no prazo e local constantes neste Termo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela NOVACAP, durante a execução do Contrato;

9.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.6. Os materiais deverão ser entregues no prazo e quantitativo conforme solicitado pelo executor.

9.7. A contratada poderá solicitar prorrogação de prazo na entrega do material na NOVACAP, com as devidas justificativas, caberá ao Diretor Administrativo analisar e autorizar a prorrogação caso não prejudique o andamento dos serviços.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material recebido com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação;

10.3. Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento do material executado em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;

10.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado ou comissão especialmente designados;

10.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

10.6. A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.7. O material deverá ser corretamente transportado de forma a evitar que sejam danificados durante o transporte.

10.8. Notificar a Contratada, por meio de Ofício, pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, visando adotar as medidas saneadoras necessárias.

10.9. Em regra, todos os bens móveis serão fornecidos montados, não serão aceitos em hipótese alguma, bens desmontados, portanto é de inteira responsabilidade da empresa vencedora do certame a respectiva montagem.

## 11. AMOSTRAS

11.1. Serão exigidas amostras para todos os itens do licitante arrematante cuja proposta de preços e documentação tenha sido aprovada. As amostras serão solicitadas pela área demandante, devendo ser apresentadas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do comunicado. Isso é necessário para que a Administração possa verificar o atendimento a todas as características construtivas inerentes ao bem descrito neste Termo de Referência, sob pena de recusa da proposta.

11.2. A licitante que não apresentar as amostras dentro do prazo estipulado, terá a sua proposta desconsiderada para efeito de julgamento, e será desclassificada automaticamente do certame, após transcorrido o prazo concedido.

11.3. Para efeito de avaliação dos móveis os critérios analisados são:

11.3.1. **Qualidade:** Análise de qualidade dos materiais utilizados para a fabricação do mobiliário. Deverão ser de alta qualidade, com acabamento impecável, sem falhas. O processo produtivo do mobiliário, inclusive a matéria-prima utilizada, componentes, banhos preparatórios de metais, colagem, pintura, deverão apresentar resistência e estabilidade, proporcionando segurança ao equipamento e ao usuário.

11.3.2. Deverá apresentar esmero na fabricação e finalização do mobiliário (junção de peças, similaridade das medidas, arremates, soldas, costuras, rebarbas, etc.);

11.3.3. **Durabilidade:** O mobiliário deverá ser construído de modo a ter resistência e estabilidade, seja em relação à matéria prima utilizada ou em relação ao processo produtivo utilizado, proporcionando segurança ao equipamento e ao usuário;

11.3.4. **Funcionalidade:** O mobiliários não pode apresentar empecilhos à movimentação dos usuários na execução das tarefas diárias, bem ainda, das peças componentes.

11.3.5. **Dimensões:** As dimensões deste(s) objeto(s), por exemplo, diâmetro, espessura, altura, largura, profundidade, exigidas pelo Tribunal, admitem pequenas variações, desde que sejam preservados os atributos de estabilidade, resistência, durabilidade, ergonomia, estética, dentre outros, bem como a proporcionalidade dos elementos que compõem o produto final;

11.3.6. **Ergonomia:** a conformidade com os parâmetros contidos na Norma Regulamentadora – NR-17 (Ergonomia) do do Ministério do Trabalho e Emprego, e/ou suas atualizações, conforme o caso.

11.4. Na hipótese de não aceitação da amostra apresentada, a proposta será recusada e será convocada a autora da segunda melhor proposta para apresentar sua amostra, e assim sucessivamente, devendo ser observadas todas as obrigações imputadas à primeira colocada, no tocante à apresentação de amostras.

11.5. A amostra apresentada vincula o fornecedor ao produto em todas as suas características, ainda que as mesmas não sejam todas descritas no Edital e seus anexos não sendo permitidas alterações posteriores à aprovação.

11.6. A não retirada das amostras reprovadas, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da divulgação do resultado da licitação, ou após a ocorrência do recebimento definitivo para as amostras aprovadas, será considerado abandono da propriedade, conforme dispõe o art. 1.275, III, do Código Civil Brasileiro, cabendo à NOVACAP decidir sobre a sua destinação.

11.7. Em nenhuma hipótese as amostras apresentadas serão tidas como início de entrega dos materiais ofertados.

11.8. Justificativa para a exigência da amostra: para garantir que os produtos ofertados atendam integralmente às exigências técnicas e padrões de qualidade estabelecidos no Edital e seus anexos e atendam às necessidades da Administração, promovendo, assim, a seleção do fornecedor que ofereça a melhor relação custo-benefício e um processo de aquisição transparente e equitativo, em conformidade com os princípios da legalidade e da lisura que regem os procedimentos licitatórios.

## 12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Considerando que para a publicação da pretensa licitação e futura celebração da Ata de Registro de Preços não se faz necessária a disponibilização imediata dos recursos orçamentários, a(s) Fonte(s) de Recursos serão definidas oportunamente, quando da celebração dos contratos oriundos do presente certame

## 15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura. Na emissão da Nota Fiscal deverá ser descrita a quantidade de materiais, preço unitário e total. Não serão admitidas cobranças de frete.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo dos bens, conforme este Termo de Referência.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 246 do Regulamento e licitações e Contratos da NOVACAP.

15.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.5.1. O prazo de validade;

15.5.2. A data da emissão;

15.5.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

- 15.5.4. O prazo de entrega dos bens;
- 15.5.5. Valor a pagar; e
- 15.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 15.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 15.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 15.16. Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela NOVACAP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)^{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela em atraso

## 16. DO REAJUSTE

- 16.1. Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995, complementada pela Lei 10.192/2001. 08/11/2024, 15:40 SEI/GDF - 148407772 - Termo de Referência
- 16.2. A CONTRATADA fará jus a reajustamento contratual, observado o art. 190 e seguintes do RLC/NOVACAP, após o interregno de um ano (12 meses), contados a partir do dia **09/09/2024**, que é a data de conclusão da nota técnica ( 150629745)/peça orçamentária/data-base do orçamento, automaticamente, desde que não haja atraso na execução contratual por culpa da CONTRATADA, aplicando-se o índice especificado a seguir.
- 16.2.1. A concessão de reajuste contratual de itens acrescidos ao contrato demanda a deflação dos preços desde a época da cotação até a database original do contrato, a partir da qual serão reajustados pelos mesmos índices setoriais aplicados no contrato, conforme art. 194, do RLC/NOVACAP.
- 16.2.2. Caso os itens acrescidos ao contrato estejam contidos na tabela referencial adotada na elaboração do orçamento da NOVACAP, a análise de custos unitários pela NOVACAP deverá considerar essa mesma referência, e o reajustamento deverá considerar o marco inicial acima indicado.
- 16.2.3. Para efeito de reajuste do futuro contrato, deverão ser adotados:
- 16.2.3.1. Para equipamentos: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- 16.2.3.2. A apuração do valor do reajuste se dará por meio da aplicação da seguinte fórmula:
- $$R = V ( I - I_0 ) \div I_0$$
- Onde: R = Valor do reajuste procurado
- V = Valor contratual a ser reajustado
- I = Índice referente ao mês do reajustamento (data-base de elaboração do orçamento + 12 meses) I<sub>0</sub> = Índice inicial, referente ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada como marco para contagem do prazo (data-base de elaboração do orçamento).
- 16.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.2.5. A forma de apuração do valor do reajuste deverá estar de acordo com o entendimento firmado pela Diretoria especializada desta Companhia, por ocasião do Parecer SEI-GDF n.º 642/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (139722166), conforme demonstrado abaixo:
- a) no primeiro período de reajuste (decorridos 12 meses contados a partir da data de conclusão do orçamento) deverá ser aplicado o índice referencial adotado sobre o valor originalmente contratado (V<sub>0</sub>), encontrando-se assim o valor do correspondente reajuste (R<sub>1</sub> );

- b) a partir do primeiro reajuste será atualizado o valor do contrato que corresponderá a soma do valor originalmente contratado, acrescido do primeiro valor correspondente ao reajuste ( $V_0 + R_1 = V_1$ );
- c) para encontrar o valor correspondente ao segundo reajuste ( $R_2$ ), compreendendo o 13º até o 24º mês, será aplicado o índice apurado sobre o valor atualizado do contrato ( $V_1$ );
- d) a partir do segundo reajuste o valor atualizado do contrato ( $V_2$ ) será ( $V_1 + R_2$ );
- e) a mesma dinâmica deverá ser adotada nos reajustes posteriores, de forma que o cálculo do reajuste será feito ano a ano, não sendo admitido acumular períodos superiores a 12 meses.
- f) Demonstramos:

#### CÁLCULO DO REAJUSTE:

Após o 1º ano:  $V_1 = V_0 + R_1$ , sendo:  $V_1$  = Valor contratual reajustado (1º ano);  $V_0$  = Valor inicial do contrato;  $R_1$  = Valor do reajuste do 1º ano; onde,  $R_1 = (I_{12} - I_0) \times V_0$

Após o 2º ano:  $V_2 = V_1 + R_2$ , sendo:  $V_2$  = Valor contratual reajustado (2º ano);  $V_1$  = Valor reajustado (1º ano);  $R_2$  = Valor do reajuste do 2º ano onde,  $R_2 = (I_{24} - I_{12}) \times V_1$  e assim, sucessivamente.

16.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

16.2.9. Do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato

16.2.10. O reequilíbrio econômico financeiro do Contrato poderá ser concedido na ocorrência das situações previstas no art. 81, VI, da Lei nº 13.303/2016 e em conformidade com o RLC/NOVACAP.

## 17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano.

17.2. O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento vinte) dias, contado a partir da data de sua assinatura do contrato.

## 18. DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia será **2% (dois por cento)**, conforme parâmetros previsto nos arts. 149 a 166 do RLC, do valor do Contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- 18.1.1. Caução em dinheiro;
- 18.1.2. Seguro - garantia; ou
- 18.1.3. Fiança bancária.

18.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

18.3. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4. Prejuízos diretos causados à NOVACAP ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.5. Multas contratuais aplicadas pela contratada;

18.6. A modalidade seguro - garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior;

18.7. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato;

18.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA - BRB, com correção monetária, conforme conta a ser informada;

18.9. No caso de prorrogação da vigência do contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12. Será considerada extinta a garantia:

18.13. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato ou com a sua total utilização por parte da NOVACAP dentro do prazo de validade previsto.

## 19. DAS SANÇÕES

19.1. São sanções aplicáveis pela NOVACAP:

- I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

19.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

19.3. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas neste REGULAMENTO.

19.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela contratada.

19.5. O não pagamento da multa aplicada pela contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

19.6. As sanções previstas nos incisos I e III do item 19.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

19.7. O prazo da sanção prevista no inciso III do item 19.1 terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

19.8. A sanção prevista no inciso III do item 19.1 implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

19.9. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303 de 2016, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

## 20. DA GARANTIA DOS MATERIAIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

20.1. A garantia legal dos materiais deverá ter prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da data da entrega, e deverá abranger defeitos de fabricação, em decorrência de desgaste prematuro ou de eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, mesmo após sua aceitação pela NOVACAP.

20.2. A assistência técnica será prestada com vistas a manter o mobiliário fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

20.3. A Licitante, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, deverá oferecer em sua proposta, serviços de assistência técnica permanente e gratuita, por meios próprios ou empresa credenciada, durante a vigência da garantia do produto, sem quaisquer ônus adicionais para a NOVACAP.

20.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a sanar defeitos apresentados pelos bens, compreendendo, entre outras coisas, a substituição dos bens ou de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

20.5. Caso o produto apresente defeito de fabricação quando em uso, no decorrer do prazo de validade descrito no item acima, o fornecedor deverá efetuar a respectiva troca, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, sem incidência de quaisquer ônus adicionais à NOVACAP.

20.6. As peças, **inclusive rodízios**, que apresentarem vício, defeito ou, no caso do rodízios, desgaste dos rolamentos, quebra das rodas, no período de vigência da garantia, deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

20.7. A assistência técnica deverá ser prestada no local onde se encontrar o bem. Havendo necessidade de encaminhamento do produto para qualquer lugar fora das dependências deste Tribunal, a licitante deverá tomar todas as providências necessárias, arcando com todos os custos relativos à retirada, e à devolução do mesmo, ao local onde se encontra instalado.

20.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

20.9. A licitante durante o período de garantia assume e se compromete a cumprir diretamente, ou se for o caso, por intermédio da credenciada indicada, as obrigações relacionadas a seguir:

20.9.1. Prestar a assistência técnica, compreendendo reparos e substituições de peças, **inclusive rodízios**, às suas expensas, obrigando-se a colocar o mobiliário em perfeito estado de uso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação efetuada pelo Tribunal.

20.9.2. Decorrido o prazo mencionado no item anterior, sem o atendimento devido, fica a NOVACAP, autorizada a contratar esses serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos móveis entregues.

20.9.3. Substituir o mobiliário entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos se os defeitos não forem corrigidos a contento, contados a partir da notificação, por ofício, feita pelo Contratante.

20.10. O prazo indicado no subitem 20.4.1, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

## 21. DA COTA RESERVADA

21.1. Quanto à previsão do benefício da cota reservada, o artigo 26 da Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011, que regulamenta, no Distrito Federal, o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, consigna:

"Art. 26. É estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto." (grifo nosso)

21.2. Adicionalmente, Joel de Menezes Niebuhr traz o seguinte entendimento a propósito do tema:

"A questão é a seguinte: o inc. III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06 prescreve que se promova licitação, para aquisição de bens de natureza divisível, com cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Fica claro que a cota reservada não é, necessariamente, de 25%. O texto prescreve que é de até 25%. Logo, em princípio, pode ser, por exemplo, 20%, 10%, 1% ou 0,5%. O limite máximo é 25%, o mínimo quem define é a

21.3. Isso posto, entendemos que requer um fornecedor com capacidade robusta de recursos e insumos para garantir o fornecimento adequado e dentro dos padrões exigidos. Posto isso, aplicação da cota reservada conforme estipulado no Artigo 26 é impraticável neste contexto específico. A prioridade é assegurar a eficiência e a qualidade do fornecimento, o que somente pode ser alcançado por empresas com capacidade consolidada de recursos e insumos. Dessa forma, a dispensa da aplicação do Artigo 26 é justificada pela necessidade de garantir a padronização dos materiais e a eficiência logística na execução do contrato.

## 22. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 22.1. O critério de julgamento da proposta é o menor preço.
- 22.2. Não serão aceitos itens unitários cujos valores sejam superiores aos estimados nos termos deste Termo de Referência.
- 22.3. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor é a apresentação de Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre ter a empresa realizado o fornecimento do material com características compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.
- 22.4. O fornecedor deverá apresentar catálogo ou panfleto, folder etc..., com o nome do fabricante, marca, referência, especificações técnicas e outros elementos dos produtos fornecidos, juntamente com a proposta comercial. ?????
- 22.5. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega.
- 22.6. As proponentes deverão encaminhar juntamente com a proposta:

### 22.6.1. ITEM 01 - POLTRONA GIRATÓRIA RECLINÁVEL

- 22.6.1.1. Apresentar certificado de laboratório acreditado pelo INMETRO com a norma NBR 13.962 (edição mais recente); no certificado deverão estar identificados o fabricante e o modelo ofertado; também será aceito certificado equivalente emitido por organismo internacional de reconhecida e irrestrita competência e confiabilidade, com laboratório acreditado por terceiros, para os ensaios específicos para cadeiras; caso o laudo/certificado/relatório não esteja em português deverão ser acompanhados de tradução juramentada.
- 22.6.1.2. - Apresentar Relatório NR 17 ou Laudo Técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, atestando a conformidade com a Norma Regulamentadora NR 17 (ergonomia), em original ou cópia autenticada em cartório;
- 22.6.1.3. - Apresentar Certificado de conformidade com a NBR 13962:2018 (móveis para escritório - classificação), NBR 8515:2020 (espuma flexível de poliuretano – resistência à tração), NBR 8516:2015 (resistência ao rasgamento) e NBR 8537:2015 (densidade), em original ou cópia autenticada em cartório.
- 22.6.1.4. O certificado deverá vir acompanhados dos laudos que geraram a certificação com fotos do objeto testado.
- 22.6.1.5. Apresentar Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca Linha/modelo.

### 22.6.2. ITEM 02 - CADEIRA GIRATÓRIA, EM TELA, COM ENCOSTO DE CABEÇA (ESPAIDAR ALTO)

- 22.6.2.1. Apresentar certificado de laboratório acreditado pelo INMETRO com a norma NBR 13.962 (edição mais recente); no certificado deverão estar identificados o fabricante e o modelo ofertado; também será aceito certificado equivalente emitido por organismo internacional de reconhecida e irrestrita competência e confiabilidade, com laboratório acreditado por terceiros, para os ensaios específicos para cadeiras; caso o laudo/certificado/relatório não esteja em português deverão ser acompanhados de tradução juramentada.
- 22.6.2.2. O certificado deverá vir acompanhados dos laudos que geraram a certificação com fotos do objeto testado.
- 22.6.2.3. Apresentar Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca Linha/modelo.
- 22.6.2.4. Apresentar Relatório NR 17 ou Laudo Técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, atestando a conformidade com a Norma Regulamentadora NR 17 (ergonomia), em original ou cópia autenticada em cartório;
- 22.6.2.5. Apresentar Certificado de conformidade com a NBR 13962:2018 (móveis para escritório - classificação), NBR 8515:2020 (espuma flexível de poliuretano – resistência à tração), NBR 8516:2015 (resistência ao rasgamento) e NBR 8537:2015 (densidade), em original ou cópia autenticada em cartório.

### 22.6.3. ITEM 03 - CADEIRA GIRATÓRIA, ENCOSTO EM TELA SEM ENCOSTO DE CABEÇA (ESPAIDAR ALTO)

- 22.6.3.1. Apresentar certificado de laboratório acreditado pelo INMETRO com a norma NBR 13.962 (edição mais recente); no certificado deverão estar identificados o fabricante e o modelo ofertado; também será aceito certificado equivalente emitido por organismo internacional de reconhecida e irrestrita competência e confiabilidade, com laboratório acreditado por terceiros, para os ensaios específicos para cadeiras; caso o laudo/certificado/relatório não esteja em português deverão ser acompanhados de tradução juramentada.
- 22.6.3.2. O certificado deverá vir acompanhados dos laudos que geraram a certificação com fotos do objeto testado.
- 22.6.3.3. Apresentar Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca Linha/modelo.
- 22.6.3.4. - Apresentar Relatório NR 17 ou Laudo Técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, atestando a conformidade com a Norma Regulamentadora NR 17 (ergonomia), em original ou cópia autenticada em cartório;
- 22.6.3.5. - Apresentar Certificado de conformidade com a NBR 13962:2018 (móveis para escritório - classificação), NBR 8515:2020 (espuma flexível de poliuretano – resistência à tração), NBR 8516:2015 (resistência ao rasgamento) e NBR 8537:2015 (densidade), em original ou cópia autenticada em cartório.

### 22.6.4. ITEM 04 - CADEIRA GIRATÓRIA, ESTOFADA (PORTADOR DE OBESIDADE)

- 22.6.4.1. Apresentar certificado de laboratório acreditado pelo INMETRO com a norma NBR 13.962 (edição mais recente); no certificado deverão estar identificados o fabricante e o modelo ofertado; também será aceito certificado equivalente emitido por

organismo internacional de reconhecida e irrestrita competência e confiabilidade, com laboratório acreditado por terceiros, para os ensaios específicos para cadeiras; caso o laudo/certificado/relatório não esteja em português deverão ser acompanhados de tradução juramentada.

22.6.4.2. O certificado deverá vir acompanhados dos laudos que geraram a certificação com fotos do objeto testado.

22.6.4.3. Apresentar Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca Linha/modelo.

22.6.4.4. Apresentar Relatório NR 17 ou Laudo Técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, atestando a conformidade com a Norma Regulamentadora NR 17 (ergonomia), em original ou cópia autenticada em cartório;

22.6.4.5. Apresentar Certificado de conformidade com a NBR 13962:2018 (móveis para escritório - classificação), NBR 8515:2020 (espuma flexível de poliuretano – resistência à tração), NBR 8516:2015 (resistência ao rasgamento) e NBR 8537:2015 (densidade), em original ou cópia autenticada em cartório.

22.6.4.6. Apresentar declaração de que os rodízios suportem carga total mínima de 150kg.

22.7. Cópia da documentação relativa à **Certificação da Cadeia de Custódia e/ou Selo da Cadeia de Custódia do Cerflor, FSC ou equivalente, para todos os itens que empregarem madeira em sua composição**, que a matéria-prima empregada na produção do mobiliário ofertado, cumpre os requisitos do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal - FSC Brasil, do CERFLOR (INMETRO), ou organismos de controle ambiental equiparados, como comprovação de atendimento aos atributos de sustentabilidade, exigidos neste Termo de Referência.

22.8. Certificado ou laudo emitido por órgão acreditado pelo INMETRO, em nome do fabricante ou do fornecedor da matéria prima, de que a espuma é **isenta de CFC (clorofluorcarbono)**, em atendimento a [Resolução CONAMA nº 267, de 14 de setembro de 2000 \(todos os itens\)](#);

22.9. Declaração de que a madeira compensada é isenta de rachaduras, e deterioração por fungos ou insetos para os itens que apresentem madeira em sua estrutura interna.

## 23. DA MATRIZ DE RISCO

23.1. É a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de poltronas e cadeiras para os empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.						
NATUREZA DO RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSABILIDADE	CAUSA	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA MITIGADORA
1. CONTÁBIL	1.1 - Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária	Contratada	Mudança na legislação	Variação no custo para mais ou para menos. Aumento ou diminuição do lucro da contratada	Baixo	Planejamento empresarial, diligência
2. FINANCEIRO	2.1 - Atrasos no pagamento de faturas pela contratante	Contratante	Indisponibilidade de recursos financeiros	Atrasos no prazo inicial estimado. Alterações no fluxo de caixa da contratada	Médio	Aplicação de atualização financeira nas faturas pendentes
3. JURÍDICO	3.1 - Caso fortuito ou força maior	Contratada	Situações de obra que configurem caso fortuito ou força maior tais como: enxurradas, escorregamentos.	Aumento do custo. Atraso no prazo inicial estimado ou descontinuidade do fornecimento do material	Alto	Revisão dos preços Aditivo Contratual

	3.2 - Impedimento de pagamento de faturas pela contratante devido a falta de certidões com prazo de vigência	Contratada	Impedimentos jurídicos para emissão de certidões por parte dos órgãos competentes. Gestão ineficiente da empresa contratada	Alteração no fluxo de caixa da contratada	Médio	Planejamento empresarial
4. PESSOAL	4.1 - Greves, manifestações de funcionários	Contratada/Administração pública	Demanda por reposições salariais	Atraso no prazo inicial estimado	Baixo	Aditivo contratual de prazo sem ônus para a contratante
5. TÉCNICO/OPERACIONAL	5.1 - Atraso na entrega do objeto contratual por culpa da Contratada	Contratada	Falta de insumos para entrega	Aumento do custo do produto. Atraso no prazo inicial estimado	Alto	Suspensão das atividades em função da falta de material; Aditivos contratuais de prazo, sem ônus para a Contratante; Aplicação das sanções previstas no Contrato e Edital.
	5.2 - Erro na estimativa de Custo	Contratante	Erro na estimativa do preço orçado	Super ou Subfaturamento	Médio	Ampla pesquisa de preços em conformidade com a l

23.2. É a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

**OBJETO: Registro de Preços para aquisição de poltronas e cadeiras para os empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.**

DESCRIÇÃO DO RISCO	Nº	PROBABILIDADE OCORRÊNCIA	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	CONTROLES EXISTENTES	GERENTE DO RISCO
<b>RISCO 01:</b> Habilitar empresa com falha na documentação	1	POSSÍVEL	MODERADO	MÉDIO	Ckecklist: Revisão pela área de auditoria	DIPAD/DEMAP/DA
<b>RISCO 02:</b> Não cumprimento do acordo pela contratada.	2	RARO	MENOR	BAIXO	Definição de responsável para acompanhar o fornecimento do objeto.	DIPAD/DEMAP/DA
<b>RISCO 03:</b> Falha no recebimento do serviço/produtos.	3	RARO	MENOR	BAIXO	Acompanhamento sistemático do objeto contratado.	DIPAD/DEMAP/DA



<b>RISCO</b> <b>04:</b> Contratar de empresa cuja estrutura é incompatível para a entrega do objeto do contrato.	4	POSSÍVEL	MENOR	MÉDIO	Estudo e avaliação realizada pelo almoxarifado, a fim de identificar a capacidade e qualidade no fornecimento do objeto do contrato.	DIPAD/DEMAP/DA
---	---	----------	-------	-------	--	----------------

24. **ELABORADO POR**

**WALBER ROSA CIQUEIRA FILHO**

Chefe da DIPAD/DEMAP/DA

**DAVID GONZAGA PEREIRA DE ALMEIDA**

Chefe do Departamento de Materiais, Patrimônio e Gestão de Documentos - DEMAP

Aprovo o presente Termo de Referência, conforme informações emitidas pela área técnica e demandante.

**ELIE ISSA EL CHIDIAC**

Diretor Administrativo - DA



Documento assinado eletronicamente por **WALBER ROSA CIQUEIRA FILHO - Matr.0074857-9, Chefe da Divisão de Patrimônio**, em 21/11/2024, às 16:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID GONZAGA PEREIRA DE ALMEIDA - Matr.0073623-6, Chefe do Departamento de Suprimentos e Patrimônio**, em 21/11/2024, às 16:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIE ISSA EL CHIDIAC - Matr.0973550-X, Diretor(a) de Suporte**, em 21/11/2024, às 17:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **155633604** código CRC= **58EF34E8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s):  
Sítio - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)

00112-00005617/2023-86

Doc. SEI/GDF 155633604